

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.507 - GO (2020/0264953-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CIDADE OCIDENTAL**  
**ADVOGADO : FELICÍSSIMO JOSÉ DE SENA - GO002652**  
**AGRAVADO : RUBENITA BRITO DA SILVA**  
**ADVOGADO : ROBERTO GOMES FERREIRA - GO023699**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOVAÇÃO RECURSAL. PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS DE PASEP. RESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL. SENTENÇA CONFIRMADA.

I — Preliminarmente, não prospera a alegação de ilegitimidade passiva levantada pelo apelante, posto que constitui em inovação recursal, uma vez que a referida matéria não foi objeto de discussão ao longo do processo ou mesmo de exame na sentença recorrida. Lado outro, e apenas para evitar insurgências futuras, ainda que assim não fosse a tese da ilegitimidade passiva do recorrente seria superada, posto que conforme entendimento pacificado pacificado neste egrégio Tribunal de Justiça, é responsabilidade do ente municipal o ressarcimento do servidor em caso de omissão na inscrição ou cadastramento junto ao Programa de m Formação de Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

II - Nos termos do que dispõe o art. 1º, da Lei nº 7.859/1989, que regula a concessão e o pagamento do abono previsto no § 3º, do artigo 239, da Constituição Federal de 1988, o trabalhador que preencha os requisitos nele indicados, 5 anos após estar cadastrado no PIS/PASEP, fará jus a um abono anual no valor de 1 salário-mínimo

III - Não tem razão o apelante quando defende a culpa exclusiva da autora/recorrida. Isto porque, embora a autora, de fato, no ato do preenchimento da folha de cadastro do servidor (fl. 61), tenha se equivocado e fornecido o número do PIS no lugar do número do PASEP, tal fato não serve para excluir sua responsabilidade, como pretende o requerido.

IV - De início, importante ressaltar que: o PIS (Programa de Integração Social) e o NIS — Número de Identificação Social

(também denominado NIT — Número de Identificação do Trabalhador), embora tenham siglas diferentes, possuem o mesmo número; a autora, até tomar posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, em 2007, possuía apenas número de PIS.

V - Do exame dos autos, verifica-se que na folha de cadastro de servidor preenchida pela autora (fl. 61), havia campo próprio nominado "PIS/PASEP", circunstância esta que induz à conclusão de que, naquele, poderia ser inserido o número do PIS ou do PASEP. Logo, à vista do acima exposto e, considerando que o próprio campo da folha de cadastro de servidor induz à possibilidade de inserção de um ou outro número (PIS ou PASEP), bem como o fato da autora, na ocasião, ter fornecido o número que ela dispunha, até então, qual seja, o PIS, não há se falar em culpa exclusiva da requerente, como pretende o recorrente.

VI — Ademais: cabia ao município a responsabilidade quanto ao envio dentro do prazo correto das informações corretas para o registro gerador do número do PASEP da autora; o município requerido, detinha não só condições, como também funcionários capacitados para constatar o erro, o que não ocorreu no caso.

Desta forma, verifica-se que o ente apelante, não foi minimamente diligente, já que não só demorou a identificar o erro, o que só ocorreu em 2010 (mais de 3 anos após a admissão da autora), como também não juntou aos autos o Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS dos anos de 2007/2010, para comprovar que não foi omisso em encaminhar o RAIS com a admissão e informações da requerente ao Ministério do Trabalho.

VII - Desta feita, afastada a tese da responsabilidade exclusiva da autora/recorrida, bem como constatada a responsabilidade do recorrente, decorrente de conduta, no mínimo negligente do ente, e que esta redundou em prejuízos à autora, a qual não recebeu os abonos de PASEP relativos aos anos de 2012, 2013 e 2014, é medida de mister a manutenção da sentença.

VIII - Ante o desprovimento do apelo, majoro os honorários advocatícios anteriormente fixados para 12% sobre o valor da condenação.

**RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 186 do CC, no que concerne à responsabilidade pelo não recolhimento do PASEP, trazendo o seguinte argumento:

Portanto, ao contrário do que fora decidido, não há que se falar em responsabilidade da administração pública pelo erro cometido pela autora, devendo ser reconhecida a culpa exclusiva dela no fornecimento errôneo dos dados o que, por certo, exclui qualquer reparação de danos por parte deste recorrente (fls. 248).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No presente caso, o requerido/apelante, roga a exclusão de sua responsabilidade quanto ao pagamento do abono salarial, afirmando, para tanto, a culpa exclusiva da autora, uma vez que esta informou, de forma errônea, o número do NIT, e não do PASEP.

A alegação não merece amparo, isto porque, embora a autora, de fato, no ato do preenchimento da folha de cadastro do servidor (tl. 61), tenha se equivocado e fornecido o número do PIS no lugar do número do PASEP, tal fato não serve para excluir sua responsabilidade, como pretende o requerido.

De início, importante ressaltar que: o PIS (Programa de Integração Social) e o NIS — Número de Identificação Social (também denominado NIT — Número de Identificação do Trabalhador), embora tenham siglas diferentes, possuem o mesmo número; a autora, até tomar posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, em 2007, possuía apenas número de PIS. Outrossim, do exame dos autos, verifica-se que na folha de cadastro de servidor preenchida pela autora (fl. 61), havia campo próprio nominado "PIS/PASEP", circunstância esta que induz à conclusão de que, naquele, poderia ser inserido o número do PIS ou do PASEP.

Ademais, cabia ao município a responsabilidade quanto ao envio dentro do prazo correto das informações corretas para o registro gerador do número do PASEP da autora.

De igual forma, como bem delineado pelo condutor do feito, o Município requerido, detinha não só condições, como também funcionários capacitados para constatar o erro, o que não ocorreu no caso. Desta forma, verifica-se que o ente apelante, não foi minimamente diligente, já que não só demorou a identificar o erro, o que só ocorreu em 2010 (mais de 3 anos após a admissão da autora), como também não juntou aos autos o Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS dos anos de 2007/2010, para comprovar que não foi omisso em encaminhar o RAIS com a admissão e informações da requerente ao Ministério do Trabalho. Outrossim, ressaí dos autos, inclusive, a inércia do ente municipal recorrente em solucionar a situação relativa à retroação da inscrição à data da admissão da autora e o pagamento dos abonos dos anos de 2012/2013/2014, que até a propositura da ação, ainda perdurava (fls. 232-233).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo

fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente